

Reforma sanitária no DF começa com hospital do Gama

MARIA LUCIA SIGMARINGA
Da Editoria de Cidade

Para que a reforma sanitária seja implantada no Distrito Federal nos moldes que propõe o Governo, é necessário uma total reestruturação do sistema de saúde local. Para isso, já existe um plano de reformulação da rede hospitalar do DF, implantado oficialmente no último dia 4. O projeto Gama, que é chamado assim por que as reformas vão começar naquela satélite, deverá estender-se a todos os hospitais da Fundação Hospitalar. A idéia é uma real integração das unidades de atendimento de saúde do Distrito Federal.

De acordo com o projeto, a comunidade e a sociedade em geral participarão das decisões da política de saúde de cada regional. Neste sentido, já foi criada uma Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde (CIMS), que contará com a participação do administrador regional, os diretores do hospital, do complexo escolar A (no caso do Gama), e do Centro de Saúde, além de representantes dos funcionários da área de saúde e de dois membros da comunidade. A idéia é descentralizar o planejamento e a execução das ações de saúde.

Outra prioridade do projeto Gama é a utilização mais racional dos recursos existentes na área envolvendo outras entidades, como o Inamps, ou seja, promover uma integração dos diversos setores de atendimento ao público. Também faz parte do projeto o treinamento e desenvolvimento de recursos humanos na região, que seria uma melhor habilitação dos profissionais do setor saúde que exerçam cargos de liderança. Estes cursos também já começaram a ser dados.

Uma reformulação muito importante diz respeito à reordenação dos trabalhos dos Centros de Saúde para que a longo prazo os profissionais destes postos de atendimento — sejam médicos, enfermeiros ou agentes de saúde — assumam a responsabili-

dade por certo número de famílias. Assim, cada um destes profissionais ficariam incumbidos, por exemplo, da vacinação e verificação dos aspectos sanitários do local.

Em outras palavras, isto significa mudar a mentalidade atual de se procurar o médico só em caso de doença e passar a fazê-lo também para a prevenção do mal. Para que esta reformulação seja possível, serão necessárias obras de reforma e ampliação dos hospitais e centros de saúde, reaparelhamento de suas unidades e aumento do quadro de pessoal — tudo isto também previsto no projeto inicial. Os centros de saúde também terão que ser fortalecidos para diminuir o número de casos de emergência nos hospitais. No caso do Gama, o preço do projeto é estimado em cerca de Cz\$ 150 milhões. Destes, Cz\$ 30 milhões já foram conseguidos em convênio com o Ministério da Saúde e da Previdência e Assistência Social.

O secretário de Saúde, Laércio Valença, espera que a reformulação do atendimento médico do Gama termine em seis meses. Segundo ele, esta será a satélite que demorará mais tempo a ser reformulada, pois é a primeira e, por isso, será feita em fase de experimentação. O Gama foi escolhido como projeto-piloto por ser dos hospitais regionais, o único que ainda tem uma relação entre a capacidade de atendimento e o número de habitantes relativamente boa.

Atualmente, o Gama tem capacidade de cerca de 200 médicos e um número menor de pessoal de enfermagem. Os ambulatórios funcionam com cerca de 30 por cento de sua capacidade, atendendo a 78 mil casos anuais, enquanto a emergência está superlotada, com 130 por cento de sua capacidade, o que significa um atendimento anual de 250 mil pessoas. Já em Ceilândia, os postos de saúde são insuficientes para atender à população local. Esta será a próxima satélite a passar pela reforma hospitalar.

Fortalecer os centros

O secretário de Saúde, Laércio Valença, considera o Projeto Gama o mais atual em matéria de planejamento de saúde. Ele acredita que, melhorando a qualidade da atenção primária, isto implicará em um melhor funcionamento do hospital. Resultado: a qualidade do atendimento do Distrito Federal deverá subir de nível.

— Ocorre que 80 por cento dos casos atendidos hoje nas emergências dos hospitais poderiam ser resolvidos nos Centros de Saúde. Com o fortalecimento destes centros, diminuiremos a procura nos hospitais, podendo assim oferecer uma melhor assistência às pessoas que realmente necessitam de tratamento.

A presidente do sindicato dos médicos, Maria José da Conceição, também considera muito boas as reformulações previstas pelo Projeto Gama. No entanto, ela tem uma ressalva: "O Governo tem um discurso muito bom. Resta saber se isso será traduzido realmente em prática

porque, como temos repetido sempre, o sistema de saúde, a nível nacional, está em fase de desintegração. Portanto, não é tão fácil assim a implantação deste plano".

Maria José considera que é necessário, em primeiro lugar, uma revisão da atual política de recursos humanos da FHDF. Para ela, sem uma valorização da profissional, principalmente no que diz respeito à questão salarial, não haverá mudanças na política de saúde global. Ela propõe, por exemplo, a contratação de um mesmo médico pela FHDF e pela Previdência, para que este profissional possa trabalhar em jornada dupla no mesmo local.

Outro problema é a falta de hierarquia daqueles que gerenciam a política de saúde. Em sua opinião, de nada adianta a criação de uma comissão interinstitucional de saúde se os recursos orçamentários são divididos em pool: "Assim, os projetos sempre param por que não há dinheiro".